

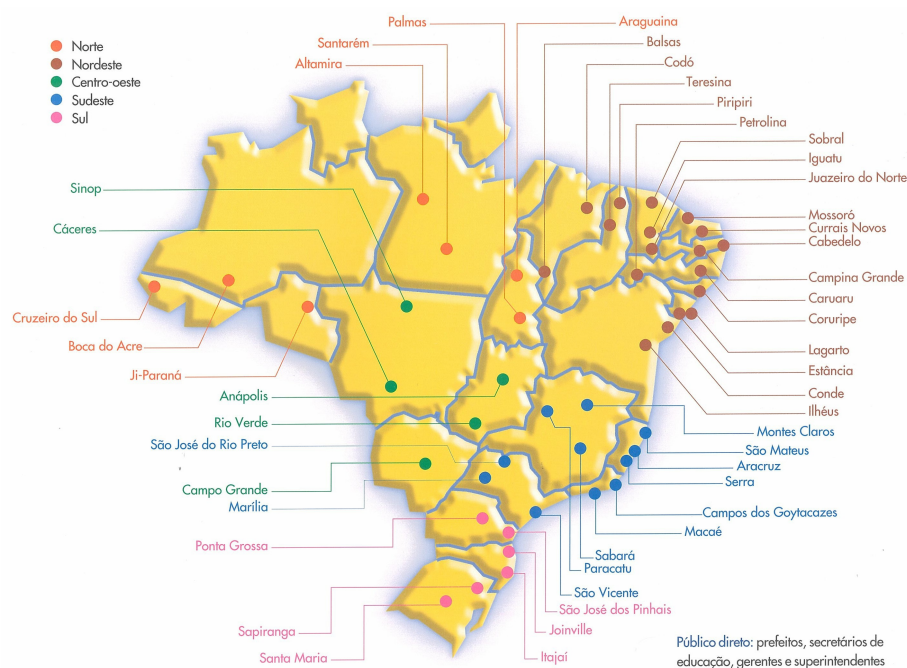


FIGURA 1 - Municípios Brasileiros Participantes do Programa Escola Campeã, no Período de 2001-2004

Fonte: SENNA, 2004c

Procedemos à investigação do Programa Escola Campeã, realizando, primeiramente, uma análise geral dos seus fundamentos, organização e estrutura para, em seguida, analisarmos suas investidas e gerenciamento na educação municipal, através da análise dos Indicadores de Gestão, selecionados para esse fim.

Realizando análises, na perspectiva comparativa – a gestão da Rede no período 1997-2000, antes da implantação do Programa, e 2001-2004, período de implantação e implementação deste – lembramos que não serão meramente analíticos e/ou acadêmicos os comentários e interpretações acoplados a essas análises, já que temos uma trajetória significativa no mesmo.

1.1 O Programa de Gestão Municipal e Escolar – Programa Escola Campeã

O Programa de Gestão Municipal e Escolar – Programa Escola Campeã – foi criado com o nome de “*Programa Educação no Pódium*”, no ano 2000, através de uma Aliança Social Estratégica, firmada entre o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, com o apoio da Fundação Luis Eduardo Magalhães, e, posteriormente, estabeleceu-se alianças regionais com a empresa Vivo Celulares, a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), a Fundação Lemann e a Norte Brasil Telecom (NBT).

Na seção que se segue, faremos uma breve apresentação das entidades que compuseram essa Aliança fundante do Programa Escola Campeã.

1.1.1 A Aliança Social Estratégica Fundante do Programa Escola Campeã

1.1.1.1 O Instituto Ayrton Senna (IAS)

O Instituto Ayrton Senna que foi criado em novembro de 1994, após a morte do seu idealizador, o piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna da Silva, junto com a *Ayrton Senna Foundation*, localizada em Londres, sendo oficializado em 1995, era o coordenador geral do Programa Escola Campeã.

Entidade de característica eminentemente “público-privada”, o IAS mantém-se dos *royalties* gerados pelas marcas *Senna*, *Senninha* e da imagem do Ayrton, além de parcerias com empresas, Estado Restrito, escolas, universidades e outras entidades “não governamentais” e

“sem fins lucrativos”, dedicando-se a desenvolver e apoiar projetos de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, de forma que esses possam “[...] desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais”¹¹.

Sua principal área de atuação é a educacional – com atuação direta nas escolas públicas (educação formal) e fora delas (educação informal) – por ser ela entendida como a base das “grandes transformações sociais”. “Dessa forma, os projetos na área de esporte, cultura, arte, saúde e nutrição passaram a ser articulados junto à vida familiar e escolar dos participantes, e as iniciativas passaram a ter como objetivo a melhoria do ensino na escola pública brasileira” (MARINHO, 2001, p. 83).

Em consonância com as ideologias que alimentam o “terceiro setor”, no ano 2005, o IAS desenvolveu projetos em quase todos os estados brasileiros, atendendo a mais de 5 milhões de crianças e jovens, como apresenta a FIG. 2.

Relata o IAS, que suas ações, enquanto entidade “público-privada”, baseiam-se na crença da

transformação do país a partir da co-responsabilidade dos três setores – *organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil* – para desenvolver políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam a criança e o adolescente, interferindo positivamente nas suas realidades (grifo do autor)¹².

O texto acima revela a ideologia do “terceiro setor” presente no “senso de missão” da entidade: a organização da sociedade humana em setores – o que exclui a concepção de totalidade da mesma, desistoricizando-a e despolitizando-a – a ação do Mercado, através das empresas, e a presença das entidades “público-privadas” como responsáveis por políticas

¹¹ www.ias.com

¹² www.ias.com

públicas, que tradicionalmente estariam sob a responsabilidade de governos estatais, e a concepção de focalização dessas políticas.

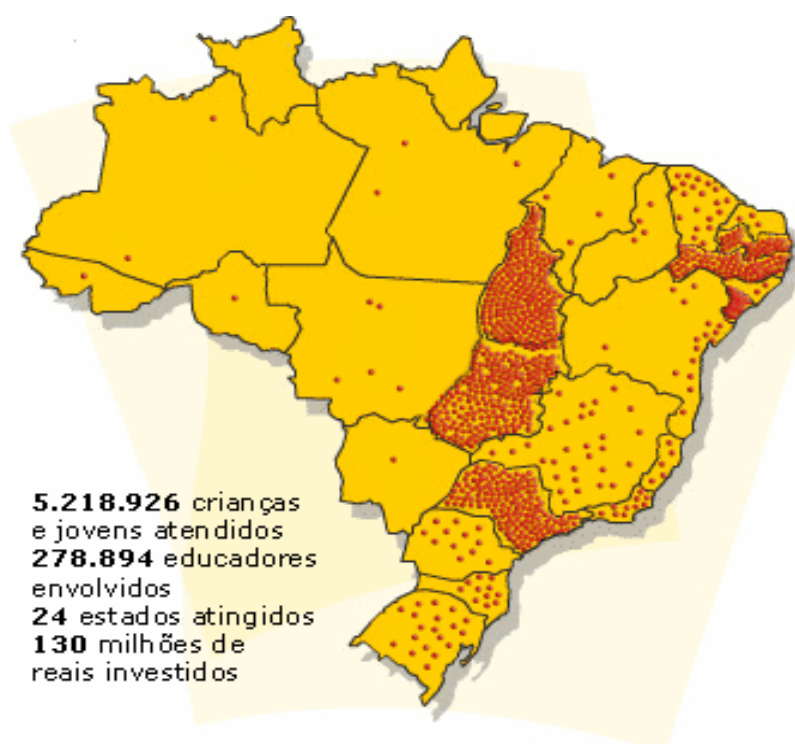


FIGURA 2 – Atuação e Investimentos do Instituto Ayrton Senna, em 2005, no Brasil

Fonte: www.ias.com

Seguindo a tendência do “terceiro setor” brasileiro, as ações do IAS cresceram ano a ano, no período de 1995-2000, como revela o GRAF. 1. Esse crescimento suscitou, evidentemente, o aumento dos investimentos financeiros que chegaram a crescer, nesse período, 1.400%, totalizando R\$ 39.983.500,00 (GRAF. 2).

Esse expressivo aumento dos investimentos do IAS, coaduna-se com o crescimento do “terceiro setor” no Brasil, na década de 1990, que nesse período, atingiu os 14%, e, em nível mundial, atingiu quase 5% do produto interno bruto (PIB) (FERNANDES in IOSCHPE, 2000; FALCONER; VILELA, 2001; MELO NETO; FRÓES, 2002). Grande parte desses

recursos tem origem nos *royates* Senna, mas também em empresas públicas como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e em empresas privadas, como o Serviço Social da Indústria (SESI), a Nórdia Celulares, a Nortel, Microsoft e a Gateway, dentre tantas outras, o que coloca em xeque a denominação de “não governamental” e “sem fins lucrativos” sustentados pela entidade. Essa reunião de investimentos públicos e privados, também, tem garantido ao IAS desenvolver, potencialmente, uma outra função dentro do “terceiro setor”: a de *grantmaker*¹³.

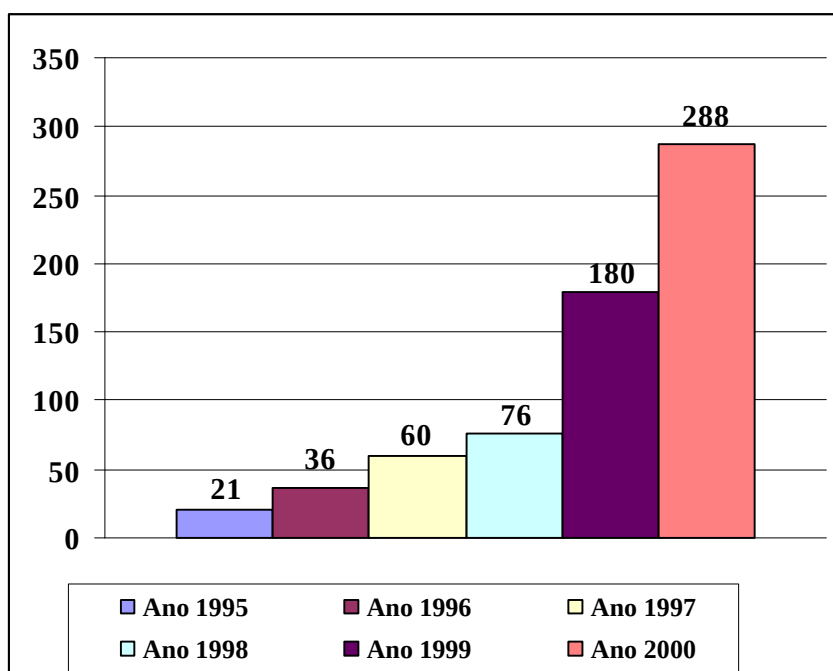


GRÁFICO 1 – Crescimento do Atendimento do Instituto Ayrton Senna, no Período de 1995-2000 (em mil)

Fonte: MARINHO, 2001

¹³ *Grantmakers* são entidades constitutivas do “terceiro setor” que financiam ações deste. No capítulo 3, desenvolveremos um breve estudo sobre elas.

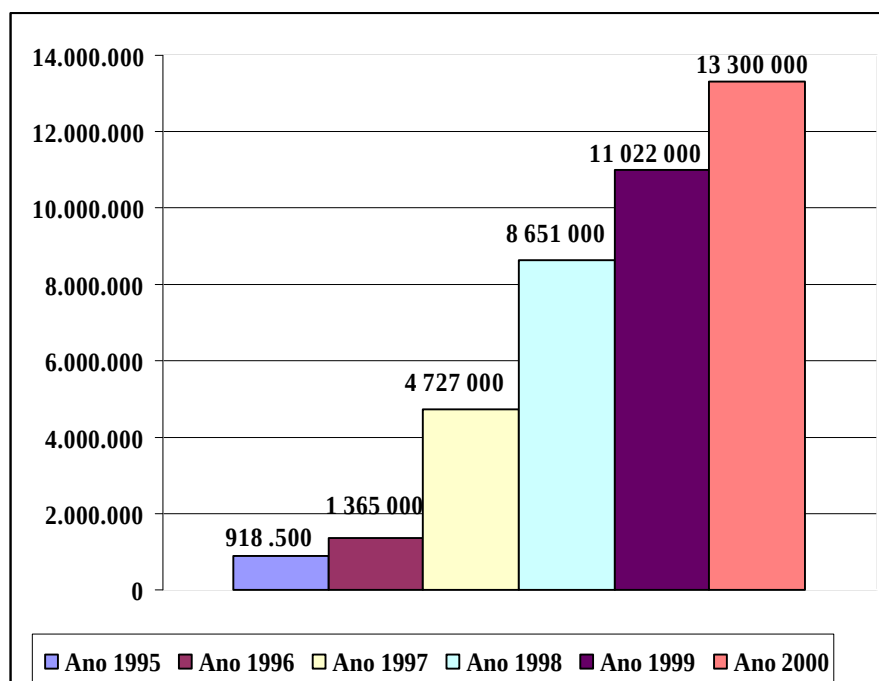


GRÁFICO 2 – Investimentos Sociais/Ano, do Instituto Ayrton Senna, no Período de 1995-2000 (em R\$)

Fonte: MARINHO, 2001

1.1.1.2 A Fundação Banco do Brasil (FBB)

Em 1985, o governo federal lançou no Brasil o *Programa de Prioridades Sociais*, com a adoção de medidas em áreas como educação, emprego, alimentação, saúde e habitação. Deste Programa originou-se, em 1988, a Fundação Banco do Brasil, com a proposta de financiar projetos voltados para a “solução” dos problemas sociais brasileiros.

Essa Fundação, em 1992, passou a captar projetos anuais e plurianuais, oriundos de diversos segmentos da sociedade, os quais se pautavam pelas diretrizes e políticas previamente definidas para ampliar a “função social” do seu instituidor, o Banco do Brasil S/A. Assim, ela passou a interferir diretamente nas agendas propostas pelos concorrentes ao seu

financiamento¹⁴.

Nessa década, a FBB passou a adotar as diretrizes administrativas norteadoras do conglomerado Banco do Brasil S/A, levando para seu interior os mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação mercantis. Somente no ano de 1997, a FBB financiou, total e parcialmente, 727 projetos de terceiros, investindo um total de R\$ 30,7 milhões. Em 2000, ano em que se tornou parceiro do IAS, no Programa Escola Campeã, o percentual de gastos foi de R\$ 25 milhões.

Ampliando sua área de atuação, em consonância com a tendência empresarial de constituir fundações, enquanto “braços sociais”, no ano de 1996, a FBB passou a criar e financiar seus próprios projetos. Fazem parte dessa nova estratégia: *Programa Homem no Campo*, *AABB Comunidade*, *Projeto Memória*, *Programa Trabalho e Cidadania*, e *Projeto Criança e Vida*.

Explica, o conglomerado Banco do Brasil S/A, as razões que o motivaram a atuar na área “público-privada”:

as necessidades da sociedade brasileira são amplas e bem conhecidas, com lacunas enormes e de ampla escala nas áreas mais básicas. *Essas carências não serão resolvidas apenas por um bom desempenho na condução da macroeconomia*; são fundamentais ações e intervenções que vão além dos aspectos econômicos, partindo de todos os setores da sociedade. A Fundação Banco do Brasil quer influenciar e contribuir para uma mudança positiva desta situação no País, por intermédio de uma ação focada nas áreas da Educação e Cultura e Geração de Trabalho e Renda. Nosso propósito é mobilizar, articular e gerir ações de transformação social empreendidas por cidadãos, organizações privadas, públicas e do terceiro setor, *com a finalidade de inclusão social e promoção da cidadania, de forma sustentada, com qualidade de vida para todos* (grifos nossos)¹⁵.

¹⁴ Essa interferência dos agentes financiadores nas agendas das entidades do “terceiro setor” será discutida no Capítulo 3.

¹⁵ www.fundamento.com.br

As intencionalidades que movem os setores mercadológicos à “filantropia social” e/ou ao desenvolvimento de atividades com “responsabilidade empresarial social”, como são as da FBB, serão tratadas no decorrer desse trabalho. Aqui, gostaríamos apenas de registrar que essas ações estão em franca expansão na realidade nacional e internacional, de tal forma, que esses auto-denominados “articuladores sociais” movimentaram, no Brasil, na década de 1990, algo em torno de 0,5% do seu produto interno bruto, e áreas como a da justiça, até então “imunes” à propagação dessas ações, já encontram-se incluídas nesses projetos. A própria FBB desenvolve, desde 2001, o *Programa Justiça Itinerante*, cujo objetivo é “modernizar” o poder judiciário nacional.

1.1.1.3 A Fundação Luiz Eduardo Magalhães (FLEM)

A Fundação Luís Eduardo Magalhães tem suas ações focadas no estímulo do

[...] desenvolvimento de soluções inovadoras para a administração pública e uma nova governança. Sua finalidade social é realizar pesquisas, planejar, fomentar, apoiar e executar ações nas áreas de desenvolvimento e capacitação de pessoas e de modernização da gestão e dos serviços públicos. Promove também o intercâmbio de experiências organizacionais e de administração entre instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.¹⁶

Criada em 1999, após a morte de Luís Eduardo Magalhães – filho do senador baiano Antônio Carlos Magalhães, fundador da entidade – a FLEM já constitui hoje uma rede com mais de 400 parceiros, tanto na esfera pública, quanto nas privada e “público-privada”.

A colaboração da FLEM no Programa Escola Campeã constitui-se, basicamente, na cessão do

¹⁶ www.fundamento.com.br

material e da tecnologia social do *Programa Educar para Vencer*¹⁷, desenvolvido pela mesma, no estado da Bahia, nos anos 1990, não tendo, dessa forma, maior participação na determinação dos objetivos e encaminhamentos dados ao Programa, em nível nacional.

O Educar para Vencer se constitui Programa Estratégico (*sic*), assumido pelo Governo do Estado, que agrega projetos prioritários para fortalecer a escola com o *foco máximo na qualidade do Ensino Fundamental* e Médio da rede pública. Para o seu desenvolvimento foram estabelecidas *estratégias de gestão*, a participação de instituições, destacando-se a Fundação Luis Eduardo Magalhães, as Universidades Estaduais, as Prefeituras Municipais e, principalmente, as equipes gestoras, professores e alunos das escolas públicas do Estado da Bahia (grifos nossos).¹⁸

No discurso empresarial acima, é possível localizar duas referências que se tornaram norteadoras da versão nacional do *Programa Educar para Vencer*: o foco no Ensino Fundamental e na gestão, e a premissa que orientou, em nível teórico, as suas ações e que tornou-se lugar comum nos discursos sobre educação, a partir dos anos 1980, sob impacto do relatório americano “A Nação em Risco”: a qualidade¹⁹.

A qualidade tornou-se a tônica, ao menos nominalmente, do discurso que orientou as “(contra-) reformas”, nos anos 1990, sucedendo a igualdade presente nos das décadas 1960 e 1970. Contudo, é importante frisar, como nos mostra Enguita (2002), que a propaganda “igualdade de oportunidades” dessas duas décadas poderia sintetizar, em si mesma, a

¹⁷ Esse Projeto fez parte do “Projeto Bahia”, um projeto de educação do estado da Bahia financiado pelo BIRD, no valor de US\$ 116.000.000,00, para desenvolver ações, dentre outras, para os níveis de Ensino Fundamental e Médio, diretorias regionais de educação, diretorias das escolas e órgão central, e o Projeto “Educar para Vencer” que “[...] reúne ações de correção do fluxo no ensino fundamental (*sic*), certificação de gestores e avaliação escolar [...]” (www.sec.ba.gov.br).

¹⁸ www.fundamento.com.br

¹⁹ Segundo Gentili (2002, p. 154) “[...] essa problemática começou a difundir-se nos anos 80 devido ao grande impacto que tiveram os relatórios *Nation at Risk* (1983) da *National Commission on Excellence in Education* e *Action for Excellence* (1983) da *Education Commission of the States*. Apesar de ambos os documentos refletirem a preocupante situação da educação nos Estados Unidos, eles começaram a ser considerados reflexo da situação mundial da educação. A partir da aparição destes relatórios, a sucessão de documentos e reuniões internacionais sobre a questão da qualidade na educação tem sido interminável. Entre os mais significativos deve-se mencionar a *Conferência Mundial sobre a Educação para Todos*, do Banco Mundial-FMI-UNESCO, ocorrida em março de 1990, em Bangkok, e, no caso latino-americano, o recente relatório da CEPAL-UNESCO: *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, Santiago do Chile, Nações Unidas, 1992” (grifos do autor).